

1885, Fernando Cabrita, Desobediência (pavimentar), Miguel de Almeida (pavimentar), João de Sena (pavimentar), Vitor Hugo (pavimentar), Paulo Zilli (pavimentar)
1886, Vitor Hugo, Paulo Zilli, João de Sena, Fernando Cabrita, Desobediência (pavimentar), Miguel de Almeida (pavimentar), João de Sena (pavimentar), Vitor Hugo (pavimentar), Paulo Zilli (pavimentar)
1887, Vitor Hugo, Paulo Zilli, João de Sena, Fernando Cabrita, Desobediência (pavimentar), Miguel de Almeida (pavimentar), João de Sena (pavimentar), Vitor Hugo (pavimentar), Paulo Zilli (pavimentar)

PEDRO DORIA



blogs.globo.com/pedro-doria
coluna@pedrodoria.com.br

Medo de ideias perigosas

N a última quarta-feira, o presidente Joe Biden sancionou a lei que pode banir o TikTok dos Estados Unidos. A holding que controla a rede social, ByteDance, tem até janeiro para vendê-la a alguma companhia sem vínculos com a China. Não vai acontecer. A legislação chinesa proíbe que algoritmos de inteligência artificial sejam vendidos a estrangeiros, e, ora, o coração do TikTok é seu algoritmo. O receio de democratas e republicanos é que os chineses possam usar a rede para distribuir ideias perigosas que manipulem a juventude americana. Talvez. É uma hipótese difícil de comprovar, mas também difícil de desmentir. É, no fim das contas, só isso. Uma hipótese. O Congresso decidiu proibir a plataforma de maior sucesso entre americanos com menos de 30 anos com base numa hipótese.

A ByteDance recorrerá à Justiça. Diz que a lei é inconstitucional. A Primeira Emenda à Constituição de lá, tão citada quanto pouco conhecida, proíbe o Estado de legislar dificultando a livre expressão dos cidadãos. Ao banir o TikTok, os advogados argumentarão, deputados e senadores fazem exatamente isso. Cassam a possibilidade de inimigos americanos se manifestarem por uma rede em que vários construíram legiões de seguidores. Eles não necessariamente teriam o mesmo alcance noutras redes. Quer dizer: a lei violou a Primeira Emenda. Se o argumento cola ou não, é com os juizes de todas as instâncias até a Suprema Corte, onde possivelmente o caso vai parar.

A história é a cara do tempo em que vivemos. Há, na crise democrática, um aspecto para o qual damos pouco valor: andamos com muito medo de ideias. Estamos emocionalmente mobilizados por um ímpeto censor.

À direita, o desejo de controlar o que professores falam para crianças é imenso. A vontade de limitar que espetáculos podem ser financiados com dinheiro público, que arte é permitida não é pequena. Políticos de direita jogam livros no lixo e se filman, orgulhosos no exibicionismo contínuo das redes.

A esquerda, o desejo é de controle do vocabulário, dos pronomes. Todo artista, jornalista,



intelectual ou celebridade que derape no comportamento aceitável padrão deve ser atacado em massa. Como devem ser emudecidos nas redes ou expulsos a pontapés de Congresso todos aqueles que representem o "golpismo". Sim, claro: há golpistas entre nós. Mas são golpistas todas as pessoas de direita? Tem parecido.

Claro, nosso lado não é censor. Censor é o outro. Nosso lado só reconhece que a livre expressão não é absoluta, e um limite bastante razoável é proteger as crianças. Ou proteger as minorias. Ou, evidentemente, proteger a democracia. Para que todos sejam protegidos, melhor calar com a lei, com a força ou com a turba.

O motor das redes sociais é algorítmico. Uma inteligência artificial ajusta como posamos para gerar alto engajamento. Ela faz isso nos convidando a um palco onde, logo aprendemos, o truque para receber aplausos é estar permanentemente indignado. O outro lado apresenta, em resúmen, ideias perigosas. Todas no outro lado são factas. Ou são comunistas. Ai gravamos vídeos indignados, escre-

vemos mensagens indignadas e reconhecemos que não há jeito que não controlas as ideias dos outros. Afinal, para tudo tem limite.

O momento ainda não permite que muita gente reconheça isso em público, mas precisamos começar a reconhecer. Nos inflamizamos e estamos, assim, pondo em risco a democracia. Sim, há limites para a liberdade de expressão, como para qualquer direito. Mas a ideia original era que fossem poucos e raros. Não é que não existam ideias incômodas, ideias que ofendam, ideias que enojam. Existem. Mas acreditávamos que adultos seriam capazes de sobreviver às ofensas da vida e que, ora, crianças não são tão frágeis assim e amadurecem.

Quando nosso espírito democrata era adulto, puníamos as consequências das falas quando era o caso, mas sem tentar controlá-las de antemão. Coletivamente desejamos hoje um mundo em que ideias perigosas precisem todas ser controladas. O que não perguntamos ainda é se poderemos chamar um mundo assim de democracia. Na definição anterior da palavra, não dava, não.

ARTIGO

Identificação facial é cruel com o negro

EDVALDO SANTANA



O progresso técnico costuma ser perverso com o negro. Em 2023, Daron Acemoglu e Simon Johnson ("Poder e progresso") apontaram um conjunto de casos em que a tecnologia jogou contra o negro.

Entre os séculos XVI e XVII, um novo design para as embarcações fez crescer o transporte pelos oceanos. Ficou maior a produtividade dos novos navios. Mas esses mesmos navios viajavam carregados com milhões de escravos. A tecnologia abriu caminho para um arranjo de trabalhos forçados e humilhação por mais de 300 anos.

No século XVIII, Eli Whitney criou a descaroçadora de algodão. Com ela, cresceu a produtividade das plantações, que transformou os Estados Unidos no maior exportador de algodão. Porém a maior extensão de áreas plantadas aumentou a brutalidade contra os escravos, que deviam trabalhar muito mais. Jamais os negros sofreram tanto.

Em comum entre o novo design dos barcos e a descaroçadora estavam a produtividade e o sofrimento do negro, dado o sistema de escravidão que proporcionou a acumulação de fortunas.

O progresso técnico volta a oprimir o negro. A cena de 13 de abril, no Estádio Lourival Baptista, em Aracaju, em que João Antônio, de 23 anos, negro, é esculado pela polícia é só mais um episódio de racismo. É visível a intenção dos policiais de humilhar João Antônio, forçando-o "desfilá-lo" pelo gramado.

Vali o novo pelourinho. As mãos pararam atrás do jovem ca-

A IA escolhe quem deve apunhar. A tecnologia não é neutra. Está longe de ser um "match matemático perfeito".

É racismo mesmo E, em Aracaju, não foi a única vez que tal "falha" aconteceu. Em 2023, no Pré-Cajá, Thais Santos, negra de 31 anos, foi "identificada" duas vezes pela ferramenta. A segunda, de maneira muito truculenta, com a vítima em desespero depois de conduzida a um carro da polícia.

O portal g1, em 1º de setembro, já alertava sobre o potencial de erros da identificação facial, que usa inteligência artificial (IA). Ninguém fez nada.

E o "chicote tecnológico" é cruel. O reconhecimento facial ou biométrico leva em conta um banco de dados com perfis de pessoas na maioria negras, mesmo que parte delas seja inocente. A IA escolhe quem deve apunhar. A tecnologia não é neutra. Está longe de ser um match matemático perfeito. É racismo mesmo.

O algoritmo é treinado para errar contra o negro. Até o erro é enviesado. Pode passar de 50% para os homens, de 40% para mulheres negras e pessoas trans, mas é de apenas 0,3% para os brancos. Essa é uma das razões de a ferramenta ser comparada ao racismo algorítmico, quando a IA é aplicada para discriminação nas redes sociais.

É terrível a justificativa policial. Para a polícia do Rio, como visto no Fantástico do último dia 21, "o custo mensal é muito aceitável". Em síntese, é produtiva a abordagem decorrente da IA, como eram os navios carregados de escravos e a descaroçadora de algodão, independentemente do sofrimento e da tortura psicológica para a pessoa negra. É muita crueldade. É racismo também.

Edvaldo Santana, doutor em engenharia de produção e professor titular aposentado na Universidade Federal de Santa Catarina, é chefe da Agência Nacional de Energia Elétrica.

ARTIGO

Bolsa Família e Perse, desafios pós-pandemia

MARCELO CONDE



A reavaliação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) mostra a importância de revisar cada programa remanescente da pandemia, sua necessidade e seus impactos na sociedade e na economia.

O recente editorial do GLOBO sobre o Perse, com foco em sua "renovação", traz interpretações equivocadas que exigem esclarecimentos. O Perse, instituído em 2021 pela Lei 14.148, teve como objetivo compensar as grandes perdas causadas pela pandemia. Agora não se trata de renovação, mas sim de uma redução gradual.

Após negociações entre governo, Câmara dos Deputados e setores afetados, a lei original foi alterada, estabelecendo um limite de R\$ 15 bilhões e definindo o fim dos benefícios em 2026. Essa mudança busca contribuir para o equilíbrio fiscal, mas exige atenção para os impactos nos setores envolvidos e ainda em recuperação. Segundo estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em dezembro de 2023 o turismo brasileiro totalizava 3,39 milhões de trabalhadores formais, sem mencionar os informais, com uma parcela de 8% do PIB.

Apesar das medidas, o setor ainda enfrenta desafios como a falta de voos e o alto custo

das passagens aéreas, além da ausência de um programa robusto para impulsionar o turismo internacional receptivo. Enquanto isso, o Brasil permanece recebendo poucos milhões de turistas ao ano.

O Auxílio Brasil, sucedido pelo Bolsa Família, também exige uma reavaliação crítica. Criado para auxiliar famílias vulneráveis durante a pandemia, teve papel fundamental na mitigação

da pobreza e no impulso da economia. No entanto sua extensão até 2022 com valor elevado, às vésperas das eleições e com nítido viés político, e a subsequente adesão pelo governo Lula geraram grandes preocupações com o impacto nas contas públicas.

Embora o Bolsa Família seja crucial para milhões de brasileiros, sua permanência exige revisão. A taxa de desemprego, que era de 14,9% no início de 2021, caiu para 7,6% em 2024 (IBGE), indicando um cenário totalmente diverso.

Mais importante é atentar para o tamanho do gasto nessa rubrica, com R\$ 113 bilhões consumindo 2% do orçamento só em 2024. Essa ampla distribuição de recursos destruiu o Bolsa Família e, no formato atual, acaba desestimulando o trabalho, o estudo e não tem qualificação meritória, nem mesmo estímulo para a qualificação profissional.

Uma pequena diminuição de 25% com a implantação de novos critérios, apoio para qualificação profissional e auditoria permanente podem e vão melhorar a eficácia do programa e a qualificação da população brasileira, mantendo seus objetivos e ajudando a zerar o déficit fiscal. Essa redução representaria uma economia de R\$ 28 bilhões, permitindo mais investimentos sociais, de qualificação e aprimoramento profissional, que são imprescindíveis, ou de infraestrutura.

Na pauta de prioridades em discussão no Congresso, temos a regulamentação da reforma tributária e desonerações. Precisamos incluir um debate responsável e propositivo da qualidade dos programas sociais, garantindo que a proteção social caminhe lado a lado com o equilíbrio fiscal, com suas inquestionáveis vantagens para o país, bem como geração de oportunidades, qualificando o trabalhador para os grandes e permanentes desafios da economia mundial.

Essa tem de ser uma discussão ampla de toda a sociedade, buscando o equilíbrio fiscal aumentando a qualificação, a capacitação e a consequente melhora na produtividade média da nossa força de trabalho, além de garantir a renda mínima e a segurança alimentar para milhões de brasileiros e de preparar o Brasil para a importante reindustrialização e o expressivo crescimento de que precisamos e desejamos.

Marcelo Conde é empresário e presidente da Associação Rio Várzea Várzea